



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Terceiro trimestre de 2020

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.

APROVADO
Reunião: 11/02/2021

CONSELHO
ADMINISTRAÇÃO


Presidente
(Nuno Duarte)


Vogal Executivo
(Sandra Gil)


Vogal Executivo
(Mafalda Guiné)


Diretor Clínico
(Eduardo Melo)


Enfermeiro Diretor
(José L. Gomes)

26 de fevereiro de 2021

Índice

Índice.....	1
O Centro Hospitalar.....	2
Sumário executivo.....	2
Instrumentos previsionais de gestão 2020	3
Eficiência operacional e PRC	3
PMP e Arrears	6
Endividamento	7
Recursos Humanos.....	8
Índice de Desempenho Global (IDG).....	9
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa.....	11
Receita.....	11
Despesa	11
Saldo de operações orçamentais do período	12
DOREC – Demonstração de execução orçamental da receita	13
DODES – Demonstração de execução orçamental da despesa	15
DDORC – Demonstração do desempenho orçamental	16

O Centro Hospitalar



Hospital São Teotónio

O Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. (CHTV, E.P.E.) foi criado em 2 de março de 2011 através do Decreto-Lei n.º 30/2011 por



Hospital Cândido Figueiredo

fusão do Hospital São Teotónio, E.P.E. com o Hospital Cândido Figueiredo.

A história destes dois hospitais remonta ao séc. XVIII, sendo preponderante o papel das Misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia que surgem em Portugal no ano de 1498.

A sua sede localiza-se na Av. Rei D. Duarte, 3504-509 Viseu e as unidades de saúde que lhe deram origem consideram-se extintas para todos os efeitos legais, sendo que o CHTV, E.P.E. sucede em todos os direitos e obrigações às referidas unidades.

O CHTV, E.P.E. rege-se pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do SNS com a natureza de EPE, e pelo seu diploma de criação, o Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de março.

Sumário executivo

O presente relatório visa dar cumprimento à obrigação prevista na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, divulgando os indicadores de atividade, económico-financeiros, de recursos humanos e outros.

Os indicadores a apresentar são os relativos aos IPG¹ 2020 emanados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente, os associados à eficiência operacional e PRC², ao PMP³ e Arrears⁴, ao endividamento, aos recursos humanos e aos da atividade operacional. Acrescem os indicadores relativos à informação no âmbito da execução e desempenho orçamental da receita e despesa.

¹ IPG – Instrumentos Previsionais de Gestão, de acordo com o ofício circular n.º 4208, de 22 de outubro de 2019, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

² PRC – Políticas de Redução de Custos.

³ PMP – Prazo Médio de Pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

⁴ Arrears – Atraso de pagamento de acordo com o n.º 1 do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio. Consiste no não pagamento da fatura após o decurso de 90 dias ou mais sobre a data convencionada para o pagamento da mesma.

Instrumentos previsionais de gestão 2020

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2020 (PAO) foi elaborada em respeito pelas orientações setoriais, objetivos financeiros e restrições orçamentais a vigorar em 2020.

Eficiência operacional e PRC

As instruções genéricas neste âmbito foram, no caso da eficiência operacional, que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios fosse igual ou inferior ao de 2019 e, no caso da PRC, que os gastos com pessoal, encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria fossem iguais ou inferiores aos de 2019.

Contudo, a especificidade da missão das Entidades Públicas Empresarias integradas no SNS, da qual o CHTV, E.P.E. é parte integrante, possibilita a adaptabilidade das referidas instruções.

A adaptabilidade referida é consagrada pelo DLEO⁵ atualmente em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, dado que o DLEO para 2020 ainda não se encontra publicado.

Acresce que o DLEO de 2018 também já consagrava esta adaptabilidade.

As instruções para o CHTV foram a de respeitar os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA, não devendo estes gastos exceder o valor de 148,0

milhões de euros⁶ (M€), ao que correspondeu o valor máximo de gastos operacionais totais, conforme Apêndice VI do Acordo Modificativo do Contrato Programa, de 150,4M€⁷. E as presentes no ofício circular n.º 4208, de 22 de outubro de 2019, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de manutenção ou redução de gastos com comunicações, deslocações e ajudas de custo, contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria e de gastos com prestações de serviços e horas extraordinárias (este último adaptado ao Setor da Saúde via PAO).

Indicador de Gastos operacionais relevantes para o EBITDA	
Meta 2020	147,965
Meta 2020/09 ⁸	110,973
Gastos operacionais 2020/09	109.307
Desvio	-1,667
Taxa de cumprimento	101,5%
	em M€

No terceiro trimestre de 2020 a taxa de cumprimento para o indicador dos gastos operacionais relevantes para o EBITDA foi de 101,5%, o que representou um desvio de -1,667M€ face à orientação estabelecida.

⁵ DLEO – Decreto-Lei de Execução Orçamental.

⁶ 147.964.660,00€ conforme alínea c) do n.º 1 da cláusula 3.ª do Acordo Modificativo do Contrato-Programa 2020.

⁷ 150.362.385,00€.

⁸ Meta definida em função de ¾ da meta de 2020.

Ao nível da globalidade dos gastos operacionais o desvio face ao PAO 2020 foi de -2,412M€.

PAO 2020	
Gastos operacionais PAO 2020 ⁹	150,362
Gastos operacionais PAO 2020/09 ¹⁰	112,772
Gastos operacionais 2020/09	110.360
Desvio	-2,412
	em M€

Do desvio verificado face ao PAO 2020 nos gastos operacionais, 30,9%, 23,8%, 17,0% e 10,5% têm origem, respetivamente, nos desvios dos gastos de amortizações (-0,746M€), gastos com pessoal (-0,575M€), outros gastos operacionais (-0,410M€) e CMVMC (-0,253M€).

Relativamente ao desvio nos gastos de amortizações releva-se o não registo do valor das amortizações do exercício de edifícios e outras construções no montante de 0,521M€, situação a ser retificada.

Relativamente ao desvio nos gastos com pessoal (-0,575M€), a justificação deve-se ao facto das remunerações base terem apresentado um desvio de -1,098M€, o qual no final do segundo trimestre era de -0,943M€. O seu grau de crescimento tenderá a continuar a ser suavizado ou mesmo invertido no decurso do quarto trimestre do exercício, dado que as contratações de pessoal em face do contexto de pandemia ocorreram em 6%, 34% e 21% respetivamente, no primeiro, segundo e terceiro trimestres. Assim, este ajustamento materializou-se em +84 trabalhadores, nomeadamente +30 assistentes operacionais, +25 assistentes técnicos, +19 enfermeiros, +5 técnicos de diagnóstico e terapêutica, +2 técnicos

superiores, +2 técnicos de informática e +1 médico.

Em sentido contrário os suplementos relativos a horas extraordinárias ascenderam, no final do terceiro trimestre de 2020, a 4,557M€, +0,851M€ que o previsto. Atendendo a que a variação face ao período homólogo foi somente de 3,2% (+0,143M€), o desvio é justificado por a previsão e intento para 2020 efetuada em 2019, de redução de horas extraordinárias, não ter sido exequível em 2020, em especial nas horas extraordinárias do pessoal médico.

Relativamente ao desvio nos outros gastos operacionais (-0,410M€) a justificação deve-se às correções relativas a períodos anteriores terem ficado abaixo 0,361M€ face ao previsto.

Relativamente ao desvio no CMVMC (-253M€), a justificação deve-se à simultaneidade dos desvios nos gastos com consumo de material clínico (-0,375M€), medicamentos (-0,088M€) e gastos com consumos de reagentes (+0,284M€).

O desvio nos gastos com consumos de material clínico resultou da forte redução do consumo de material de tratamento, próteses e de osteossíntese, com um desvio combinado face ao PAO 2020 de -1.086M€, reflexo dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19, e que superaram o crescimento do consumo de bens de proteção individual, nomeadamente, batas impermeáveis, máscaras de procedimentos, máscaras FFP2, fatos de proteção, luvas de procedimentos e botas/coberturas de proteção, o que conduziu a que a rubrica de outro material clínico registasse um desvio

pessoal no âmbito do combate à pandemia do COVID-19.

¹⁰ Valor definido em função de ¾ do total do PAO 2020.

⁹ Os gastos operacionais do PAO 2020 são de 150.362.385€. O aumento, face ao valor inicialmente definido de 149.690,716,49€, deveu-se às necessidades de contratação de

face ao PAO 2020 de +0,737M€ e um aumento face a 2019 de +0,758M€.

O desvio no consumo de reagentes (+0,284€), também associado à pandemia COVID-19, resultou, em especial, do consumo extraordinário de Genefinder COVID-19 plus real (+0,200M€), SARS-COV-2 teste (+0,145M€) e Seegene COVID-19 (+0,123M€), num total de +0,468M€ face ao PAO 2020 e face a 2019.

O desvio nos gastos com consumos de medicamentos foi de -0,5% (-0,088M€).

Acresce ainda, o facto do valor de provisões para processos judiciais em curso de 0,295M€ previsto no PAO 2020 ser objeto de registo somente no final do exercício, o que justificou 9,0% no desvio global dos gastos operacionais.

+0,307M€, e da redução dos gastos com horas extraordinárias em 0,039M€

Estes dois desvios justificaram 108,7% do desvio no âmbito das orientações de PRC.

PRC	2020/09	2019/09	Δ valor	Δ%
Gastos com				
Comunicações	0,109	0,099	+0,009	+9,5
Deslocações	0,007	0,012	-0,006	-47,7
Ajudas de custo	0,013	0,018	-0,005	-26,8
Frota automóvel				-
Estudos, projetos, ... ¹¹	0,059	0,079	-0,020	-25,4
Prestação de serviço	1,753	1,446	+0,307	+21,2
Horas extraordinárias	3,395	3,434	-0,039	-1,1
Total	5,336	5,089	+0,247	+4,9

em M€

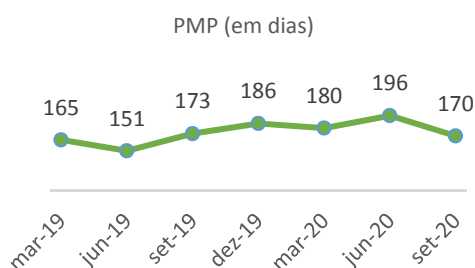
No âmbito das orientações de PRC, verificou-se, face ao período homólogo de 2019, um aumento dos gastos em 4,9% (+0,247M€), consequência do aumento dos gastos com prestações de serviços no âmbito da contratação de serviços médicos prestados por empresas e de honorários em

¹¹ Inclui projetos e serviços de informática, estudos de organização económico-financeira e de auditoria.

PMP e Arrears

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

O PMP do CHTV no final do terceiro trimestre de 2020 foi de 170 dias, menos 26 dias que o registado no trimestre anterior de 2020 e menos 16 dias que o registado no início do exercício.

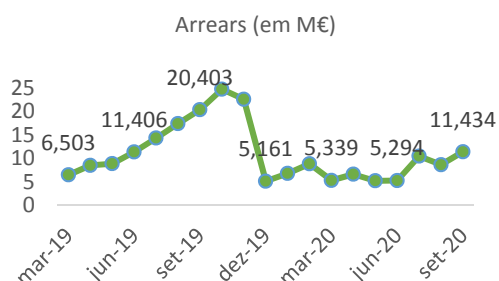


Apesar da diminuição em 26 dias face ao trimestre anterior, a dívida a fornecedores externos, neste âmbito, aumentou em 7,761M€, pelo que a variação do PMP é justificada pelo *rollover* do próprio indicador, o qual atende aos PMP dos últimos quatro trimestres.

O objetivo PMP para final de 2020, definido pela Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P. (ACSS), foi de $139 \leq \text{PMP} < 158$ (dias). O objetivo corresponde a uma redução entre os 15% e os 25% do PMP obtido no final do quarto trimestre de 2019 pelo CHTV, o qual foi de 186 dias¹².

¹² O PMP de 186 dias correspondeu ao PMP publicado pela ACSS e reportado pelo CHTV de acordo com os prazos definidos (janeiro de 2020). Assim e apesar dos valores corresponderem ao fecho provisório do exercício, o mesmo é assumido como PMP oficial.

Os Arrears do CHTV, no final do terceiro trimestre de 2020, foram de 11,434M€, menos 8,969M€ (-44,0%) que o registado no período homólogo de 2019 e mais 6,140M€ que o verificado no trimestre anterior.



A partir de meados do quarto trimestre de 2019 os Arrears apresentam uma evolução bastante favorável, em particular no mês de dezembro.

Esta evolução teve por base reforços do orçamento que viabilizaram, numa primeira fase, a drástica redução dos Arrears, e numa segunda fase impediram o seu crescimento.

Os reforços foram os seguintes:

Reforço do adiantamento do Contrato Programa 2019 de 9.843M€, em novembro de 2019.

(Despacho n.º 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO)¹³;

Reforço do orçamento de 8,760M€ para pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho n.º 278-A/2019, de 11 de dezembro, do SEO);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 9,012M€ para

¹³ O Despacho 28-A/2019, de 7 de novembro, do SEO, foi destinado a cobrir despesas com pessoal, mas que permitiu libertar fundos próprios, inicialmente previstos para essas mesmas despesas com pessoal, e liquidar dívida vencida.

pagamento de dívida vencida, em dezembro de 2019.

(Despacho Conjunto n.º 408-A/2019, de 26 de dezembro, do SEO e SEAS);

Reforço de capital para cobertura de prejuízos transitados de 5,851M€ para pagamento de dívida vencida, em março de 2020.

(Despacho Conjunto de 3 de março de 2020, do SEO e SEAS);

Aumento extraordinário de fundos disponíveis de 5,339M€ para pagamento de dívida vencida, em maio de 2020.

(Despacho n.º 12/2020, de 14 de maio, do SEAS);

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,381M€ mensais para pagamento de dívida vencida, em janeiro, fevereiro e março de 2020, num total de 4,144M€.

(Despachos n.º 1, 6 e 8 da SEAS, respetivamente de, 14 de janeiro, 14 de fevereiro e 13 de março);

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,479M€ mensais para pagamento de dívida vencida, em abril, maio e junho de 2020, num total de 4,437M€.

(Despachos n.º 10, 11 e 13 da SEAS, respetivamente de, 8 de abril, 15 de maio e 12 de junho);

Reforços do adiantamento do Contrato Programa 2020 de 1,479M€ mensais em julho e agosto de 2020, e de 1,566M€ em setembro de 2020 para pagamento de dívida vencida, num total de 4,524M€.

(Despachos n.º 14, 16 e 18 da SEAS, respetivamente de, 13 de julho, 11 de agosto e 11 de setembro).

Endividamento

O CHTV não detém passivo remunerado, por conseguinte não apresenta taxa de crescimento do mesmo.

Recursos Humanos

A evolução no número de recursos humanos do CHTV, face ao período homólogo de 2019, foi de +112 profissionais.

Recursos Humanos	2020/09	2020/06	2019/09
Pessoal			
Órgãos Sociais	8	8	8
Dirigentes	11	10	10
Médico	346	348	353
Pré carreira Médica	212	223	196
Técnico Superior Saúde	20	19	19
Técnico Superior	36	36	33
Enfermagem	976	979	937
TDT	190	186	174
Assistente Técnico	240	230	221
Docente	3	3	3
Informática	8	7	7
Assistente Operacional	575	575	552
Total	2625	2624	2513

O ajustamento de maior dimensão ocorreu no pessoal de enfermagem, com um aumento de 39 profissionais, consequência ainda da passagem dos horários das 40 horas semanais para as 35 horas semanais, e da conjuntura de pandemia COVID-19.

Paralelamente, verificou-se também, um aumento de 23 assistentes operacionais, tendo cerca de 65% desse aumento ocorrido no primeiro trimestre de 2020.

A evolução líquida no número de recursos humanos no terceiro trimestre de 2020 foi de +1 profissional, dos quais se destacam +10 assistentes técnicos, +4 TDT e -11 internos.

O aumento generalizado do número de profissionais face ao período homólogo resulta do esforço do CHTV na prossecução de uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendentes a adequá-los às efetivas necessidades da organização, as quais se afiguram com uma crescente exigência em face da conjuntura de pandemia COVID-19.

Consequentemente, o crescimento dos gastos com pessoal face ao período homólogo de 2019 foi de 3,5% (+2.156M€).

Gastos com Pessoal	2020/09	2019/09	Δ valor	Δ%
De				
Órgãos Sociais	0,379	0,341	+0,038	+11,3
Dirigentes	0,346	0,338	+0,008	+2,2
RCP ¹⁴ sem Dirigentes	4,902	39,892	+2,011	+5,0
Vencimentos	33,966	32,402	+1,564	+4,8
Subs. férias e natal	5,960	5,654	+0,306	+5,4
Outras	1,976	1,837	+0,140	+7,6
Benefícios pós empr.	0,000	0,000	0,000	-
Ajudas de custo	0,012	0,018	+0,005	-26,7
Restantes gastos	21,704	21,600	+0,104	+0,5
Total	64,344	62,188	+2,156	+3,5

em M€

¹⁴ Remunerações Certas e Permanentes

Índice de Desempenho Global (IDG)

O IDG corresponde aos indicadores de desempenho da proposta de Contrato Programa para 2020, cuja valorização ascendeu a 6,629M€ (5% do valor total do Contrato). Este valor corresponde aos incentivos institucionais.

Contudo, a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, e classificação do vírus SARS-CoV-2 como pandemia a 11 de março de 2020, implicou, no quadro do SNS, a uma realocação drástica de recursos e queda na prestação de serviços de saúde, atendendo ao cancelamento de toda a atividade programada não urgente em março de 2020.

Resulta, assim, para 2020, na provável penalização ou incumprimento das metas do IDG.

Contudo, o CHTV considera inevitável a redefinição das mesmas, ou redefinição das verbas afetas aos incentivos institucionais.

Sem penalizar o anteriormente referido divulgámos o quadro Q1 – Índice de Desempenho Global (SICA) com os indicadores no âmbito da proposta de Contrato Programa para 2020.

O IDG no final do terceiro trimestre de 2020 situou-se nos 60,9%.

Q1 - Índice Desempenho Global



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Instituição: Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE
Período Análise: Setembro 2020

Objectivos	Peso Relativo Indicador (%)	2020			2020		2019	
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho	Real	Var. 2019/2020
Objectivos Nacionais	100							
Acesso	60					43,1		
Percentagem de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	10	65	33,3	51,2	51,2	5,1	42,2	-8,9
Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta	10	80	64,8	81,0	81,0	8,1	78,6	-13,8
Percentagem de utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	10	60	25,4	42,3	0,0	0,0	44,5	-19,1
Percentagem de doentes operados dentro do TMRG	10	60	56	93,3	93,3	9,3	52,9	3,1
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera	10	67,5	64,7	95,9	95,9	9,6	65,4	-0,7
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela	10	20	22,0	110,0	110,0	11,0	17,8	4,2
Desempenho Assistencial	20					9,3		
Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de	3	3,9	0,50	187,2	120,0	3,6	4,26	-88,3
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para procedimentos	3	30	72,7	242,3	120,0	3,6	18,4	54,3
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3	40	11,1	27,7	0,0	0,0	33,00	-21,9
Índice de Mortalidade Ajustada	4	0,9000	2,1895	-43,3	0,0	0,0	1,0243	113,8
Índice de Demora Média Ajustada	4	0,9000	1,3242	52,9	52,9	2,1	1,0612	24,8
Demora média antes da cirurgia	3	0,6	3,0	-295,0	0,0	0,0	1,8	1,2
Desempenho económico-financeiro	20					8,5		
Gastos operacionais por doente padrão	5	Valor do methor do grupo					3.479,7	
Doente padrão por Médico ETC	5	65	26,0	40,0	0,0	0,0	35,0	-9,0
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	45	22,7	50,4	50,4	2,5	28,5	-5,8
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e	5	25,38	16,9	133,4	120,0	6,0	17,1	-0,2
Índice de Desempenho Global						60,9		
Valor Incentivos Contratados (€)							4.971.869,8	
Valor Incentivos Realizados (€)							3.027.868,7	

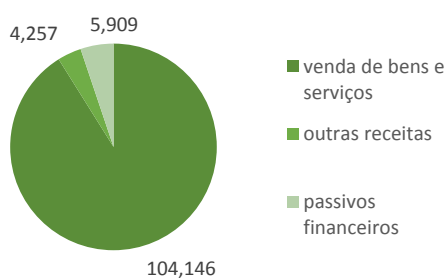
Execução e desempenho orçamental da receita e despesa

Receita

As previsões corrigidas da receita para o final de 2020 foram de 155,384M€.

O total da receita executada no acumulado do terceiro trimestre de 2020 foi de 114,312M€.

A taxa de execução da receita foi de 73,6%, menos 1,4 pontos percentuais (p.p.) que o previsto para o final do terceiro trimestre de 2020 (75,0%).



A rubrica corrente de vendas de bens e serviços totalizou 104,146M€, tendo representado 91,1% do total da receita executada (-0,5 p.p. que o verificado no trimestre anterior). Os adiantamentos do Contrato Programa de 2020 (103,187M€) foram responsáveis por 99,1% da receita total da rubrica de vendas de bens e serviços.

A rubrica de receita com passivos financeiros¹⁵ incluiu os 5,851M€, relativos ao reforço de capital para cobertura de

¹⁵ Passivo financeiro (receita) – receitas provenientes da emissão de obrigações e de

prejuízos transitados, no âmbito do Despacho Conjunto de 3 de março de 2020 do SEO e SEAS, tendo representado 5,1% do total da receita executada.

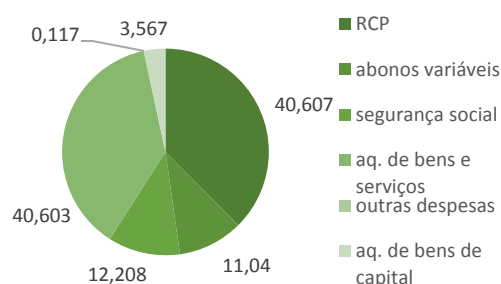
A rubrica de taxas, multas e outras penalidades totalizou 0,619M€ e representou 0,5% do total da receita executada. A sua taxa de execução foi de 61,2%, menos 13,8 p.p. que a previsão corrigida para o final do terceiro trimestre de 2020. A previsão desta rubrica foi revista em baixa devido à redução da cobrança de taxas moderadoras por efeito da pandemia do COVID-19.

Despesa

As dotações corrigidas da despesa total para o final de 2020 foram de 152,086M€.

O total da despesa executada no acumulado do terceiro trimestre de 2020 foi de 108,142M€.

A taxa de execução da despesa foi de 71,1%, menos 3,9 p.p. que o previsto para o final do terceiro trimestre de 2020 (75,0%).



As rubricas correntes associadas a despesas com pessoal (remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social) totalizaram 63,855M€, tendo representado 59,0% do total da despesa executada. O peso da rubrica de remunerações certas e

empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo. (Glossário DGO)

permanentes nas despesas com pessoal foi de 63,6% (40,607M€) e a sua taxa de execução foi de 78,3%, mais 3,3 p.p. que o previsto. Contudo, esta taxa tenderá a aumentar no final do quarto trimestre por pressão do pagamento do subsídio de natal.

A rubrica de despesa com abonos variáveis ou eventuais apresentou uma taxa de execução de 99,7% (11,040M€), situação que decorreu do facto do orçamento económico para 2020 dos gastos com pessoal não se ter refletido no orçamento financeiro, uma vez que a DGO replicou para 2020 o orçamento financeiro de 2019. Assim a dotação inicial para a rubrica de abonos variáveis de 6,580M€ tem vindo a ser ajustada desde o final do segundo trimestre de forma a acomodar a sua execução.

Relativamente à rubrica corrente de despesa com aquisição de bens e serviços o total de despesa executada foi de 40,603M€, dos quais 61,6% (25,0M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A taxa de execução das despesas com aquisição de bens e serviços foi de 75,3%, mais 0,3 p.p. que o previsto para o final do trimestre de 2020 (75%).

O reforço de capital e do adiantamento do Contrato Programa ocorrido em 2020 (+24,295M€) para pagamento de dívida vencida, justificou a evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços.

Acresce que estes reforços foram determinantes não somente para impedir o aumento dos arrears nos dois primeiros trimestres de 2020 (+0,133M€) face ao valor de arrears no início do ano, mas também, para mitigar o aumento dos arrears no decurso do terceiro trimestre (+6,14M€).

Relativamente à rubrica de capital de despesa com aquisição de bens de capital o total de despesa executada foi de 3.567M€,

+1,694M€ que o verificado no trimestre anterior. Da despesa executada nesta rubrica 77,7% (2,773M€) respeitou a despesas pagas de períodos anteriores (2019).

A dotação corrigida para a rubrica de despesas com capital foi de 20,079M€, tendo a sua taxa de execução sido de 17,8%, justificada pela não execução projetos de investimento, nomeadamente o do "Alargamento e Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente" e "Eficiência Energética".

Saldo de operações orçamentais do período

O saldo das operações orçamentais do período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2020 foi positivo em 6,170M€, +4,905M€ que o verificado no trimestre anterior.

O referido saldo contribuirá no decurso do quarto trimestre de 2020 para provisionar a despesa com o subsídio de natal e respetivos encargos.

Por último, divulga-se ainda que o saldo inicial de 2020 das operações orçamentais, correspondente ao saldo final de 2019 no valor de 3,230M€, ainda não se encontra integrado. A sua integração não foi exequível em 2020, ao contrário do previsto, pelo que o mesmo transitará para 2021 e contribuirá para o pagamento de dívida vencida, após autorização da Tutela.

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
Receita Corrente	132.463.812,00€	-36.273.831,68€	59.583.572,43€	109.225.014,75€	70.943,50€	105.174.653,87€	2.725,89€	2.725,89€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	241.625,00€	70.981,65€	0,00€	260.313,79€	0,00€	166.425,45€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	1.012.250,00€	389.605,04€	15.655,72€	606.989,24€	0,00€	619.267,22€	0,00€	0,00€
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	706,00€	10,20€	0,00€	695,80€	0,00€	695,80€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	305.753,00€	-2.655.845,54€	2.647.686,89€	359.276,60€	67.518,95€	239.050,51€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	130.903.478,00€	-34.078.583,03€	56.920.229,82€	107.997.739,32€	3.424,55€	104.149.214,89€	2.725,89€	2.725,89€
Receita de Capital	19.622.306,00€	13.712.057,95€	500,00€	5.909.748,05€	0,00€	5.909.748,05€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Exterior - U E	3.473.976,00€	3.473.976,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 - Outras	59.930,00€	1.654,95€	0,00€	58.275,05€	0,00€	58.275,05€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	16.088.400,00€	10.236.927,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€
R8 - Venda de bens de investimento	0,00€	-500,00€	500,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	3.297.709,00€	67.375,23€	0,00€	3.230.333,77€	0,00€	3.230.333,77€	0,00€	0,00€
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3.297.709,00€	67.375,23€	0,00€	3.230.333,77€	0,00€	3.230.333,77€	0,00€	0,00€
Total	155.383.827,00€	-22.494.398,50€	59.584.072,43€	118.365.096,57€	70.943,50€	114.314.735,69€	2.725,89€	2.725,89€

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Receita Corrente	200.361,02€	104.971.566,96€	105.171.927,98€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0,00€	166.425,45€	166.425,45€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	15.328,30€	603.938,92€	619.267,22€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	0,00€	695,80€	695,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	6.476,27€	232.574,24€	239.050,51€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	178.556,45€	103.967.932,55€	104.146.489,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita de Capital	0,00€	5.909.748,05€	5.909.748,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 - Outras	0,00€	58.275,05€	58.275,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R8 - Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	0,00€	3.230.333,77€	3.230.333,77€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00€	3.230.333,77€	3.230.333,77€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	200.361,02€	114.111.648,78€	114.312.009,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores [1]	Dotações Corrigidas [2]	Cativos [3]	Descativos [4]	Dotações Disponíveis [5]	Cabimentos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14] = [12] + [13]
Despesa Corrente	36.895.821,96€	132.006.827,00€	0,00€	0,00€	-23.001.917,37€	155.008.744,37€	149.583.803,06€	143.765.857,50€	104.818.016,34€	243.025,32€	243.025,32€	27.836.639,25€	76.738.351,77€	104.574.991,02€
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	1.199.797,24€	51.831.390,00€	0,00€	0,00€	9.630.767,14€	42.200.622,86€	41.774.264,83€	41.774.264,83€	40.608.446,96€	1.233,73€	1.233,73€	1.199.797,24€	39.407.415,99€	40.607.213,23€
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	4.261.618,43€	11.074.225,00€	0,00€	0,00€	-4.159.315,16€	15.233.540,16€	15.233.540,16€	15.233.540,16€	11.040.218,16€	0,00€	0,00€	436.781,71€	10.603.436,45€	11.040.218,16€
D1.3 - Segurança social	1.348.971,02€	14.981.109,00€	0,00€	0,00€	1.367.132,76€	13.613.976,24€	13.520.610,50€	13.520.610,50€	12.207.976,78€	0,00€	0,00€	1.199.588,35€	11.008.388,43€	12.207.976,78€
D2 - Aquisição de bens e serviços	30.084.685,27€	53.931.743,00€	0,00€	0,00€	-29.898.607,48€	83.830.350,48€	78.937.132,94€	73.119.937,88€	40.844.370,31€	241.791,59€	241.791,59€	24.999.721,95€	15.602.856,77€	40.602.578,72€
D3 - Juros e outros encargos	0,00€	32.583,00€	0,00€	0,00€	3.097,02€	29.485,98€	29.485,98€	29.485,98€	29.485,98€	0,00€	0,00€	0,00€	29.485,98€	29.485,98€
D5 - Outras Despesas Correntes	750,00€	155.777,00€	0,00€	0,00€	55.008,35€	100.768,65€	88.768,65€	88.018,15€	87.518,15€	0,00€	0,00€	750,00€	86.768,15€	87.518,15€
Despesa de Capital	2.776.791,20€	20.079.291,00€	0,00€	0,00€	9.674.974,67€	10.404.316,33€	5.768.693,39€	5.012.801,05€	3.759.622,40€	192.841,70€	192.841,70€	2.773.139,18€	793.641,52€	3.566.780,70€
D6 - Aquisição de bens de capital	2.776.791,20€	20.079.291,00€	0,00€	0,00€	9.674.974,67€	10.404.316,33€	5.768.693,39€	5.012.801,05€	3.759.622,40€	192.841,70€	192.841,70€	2.773.139,18€	793.641,52€	3.566.780,70€
Total	39.672.613,16€	152.086.118,00€	0,00€	0,00€	-13.326.942,70€	165.413.060,70€	155.352.496,45€	148.778.658,55€	108.577.638,74€	435.867,02€	435.867,02€	30.609.778,43€	77.531.993,29€	108.141.771,72€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gerência anterior	3.219.138,02€	11.195,75€	0,00€	0,00€	0,00€	3.230.333,77€	1.352.018,70€
Operações Orçamentais [1]	3.219.138,02€	11.195,75€	0,00€	0,00€	0,00€	3.230.333,77€	1.277.052,84€
Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	74.965,86€
Receita Corrente	105.111.502,26€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	105.171.927,98€	80.618.015,85€
R1 Receita Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.1 Impostos diretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.2 Impostos indiretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 Taxas, multas e outras penalidades	619.267,22€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	619.267,22€	1.020.096,96€
R4 Rendimentos de propriedade	695,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	695,80€	326,88€
R5 Transferências e subsídios correntes	105.999,73€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	166.425,45€	0,00€
R5.1 Transferências correntes	105.999,73€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	166.425,45€	0,00€
R5.1.1 Administrações Públicas	105.999,73€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	166.425,45€	0,00€
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	105.999,73€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	166.425,45€	0,00€
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.2 Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.2 Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 Venda de bens e serviços	104.146.489,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	104.146.489,00€	79.374.021,96€
R7 Outras receitas correntes	239.050,51€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	239.050,51€	223.570,05€
Receita de Capital	58.275,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	58.275,05€	32.095,00€
R8 Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9 Transferências e subsídios de capital	58.275,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	58.275,05€	32.095,00€
R9.1 Transferências de capital	58.275,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	58.275,05€	32.095,00€
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 Outras	58.275,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	58.275,05€	32.095,00€
R9.2 Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R10 Outras receitas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita Efetiva [2]	105.169.777,31€	0,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	105.230.203,03€	80.650.110,85€
Receita não efetiva [3]	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€
R12 Receita com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 Receita com passivos financeiros	0,00€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.851.473,00€	0,00€
Soma [4] = [1]+[2]+[3]	108.388.915,33€	5.862.668,75€	60.425,72€	0,00€	0,00€	114.312.009,80€	81.927.163,69€
Operações de Tesouraria [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	132.853,19€	132.853,19€	16.258,26€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Despesa corrente	98.723.518,02€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	104.574.991,02€	80.091.426,67€
D1 Despesas com o pessoal	63.855.408,17€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	63.855.408,17€	59.840.193,61€
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	40.607.213,23€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	40.607.213,23€	38.675.914,81€
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	11.040.218,16€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.040.218,16€	9.698.199,64€
D1.3 Segurança Social	12.207.976,78€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	12.207.976,78€	11.466.079,16€
D2 Aquisição de bens e serviços	34.751.105,72€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	40.602.578,72€	20.053.874,54€
D3 Juros e outros encargos	29.485,98€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	29.485,98€	29.059,15€
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	19.490,22€
D4.1 Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	19.490,22€
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	19.490,22€
D4.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.2 Subsídios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D5 Outras despesas correntes	87.518,15€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	87.518,15€	148.809,15€
Despesa de capital	3.566.780,70€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3.566.780,70€	841.827,97€
D6 Aquisição de bens de capital	3.566.780,70€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3.566.780,70€	841.827,97€
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1 Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.2 Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8 Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Despesa efetiva [5]	102.290.298,72€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	108.141.771,72€	80.933.254,64€
Despesa não efetiva [6]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Soma [7] = [5] + [6]	102.290.298,72€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	108.141.771,72€	80.933.254,64€
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	56.483,21€	56.483,21€	25.490,81€
Saldo para a gerência seguinte	6.098.616,61€	11.195,75€	60.425,72€	0,00€	76.369,98€	6.246.608,06€	1.059.642,36€
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	6.098.616,61€	11.195,75€	60.425,72€	0,00€	0,00€	6.170.238,08€	993.909,05€
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	76.369,98€	76.369,98€	65.733,31€
[C] Saldo Global [2] - [5]	2.879.478,59€	-5.851.473,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	-2.911.568,69€	-283.143,79€
Despesa primária	102.260.812,74€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	108.112.285,74€	80.904.195,49€
Saldo corrente	6.387.984,24€	-5.851.473,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	596.936,96€	526.589,18€
Saldo de capital	-3.508.505,65€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-3.508.505,65€	-809.732,97€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Saldo Primário	2.908.964,57€	-5.851.473,00€	60.425,72€	0,00€	0,00€	-2.882.082,71€	-254.084,64€
Receita total [1] + [2] + [3]	108.388.915,33€	5.862.668,75€	60.425,72€	0,00€	0,00€	114.312.009,80€	81.927.163,69€
Despesa Total [5] + [6]	102.290.298,72€	5.851.473,00€	0,00€	0,00€	0,00€	108.141.771,72€	80.933.254,64€